

## APRESENTAÇÃO

Não foi a esquerda, e muito menos o marxismo, que inventou a luta armada. Óbvio e um tanto ingênua, a frase merece ser pronunciada novamente já que não se dissipou o espesso consenso condenatório das organizações de esquerda brasileiras e latino-americanas por haverem pegado em armas para lutar contra ditaduras sangrentas ou por transformações radicais em sociedades recordistas nos índices de desigualdade e sofrimento social e blindadas contra mudanças de qualquer tipo, exceto as que deixam tudo como está. Deste consenso, ao menos no caso brasileiro, participam cientistas sociais e historiadores famosos, com ampla audiência assegurada por terem acesso a meios especialmente eficientes de difusão de suas teses, sobretudo conglomerados de comunicação.

Contudo, embora em posição de vantagem, os acusadores têm sido incomodados nos últimos tempos. De um lado, com visível desconforto, houve quem tivesse de correr para tentar contestar figurões da República que, ao repetirem o discurso que nega a qualificação de ditadura para o regime político vigente no Brasil após 1964, afirmavam apoiar-se em suas obras. De outro lado, embora majoritários, eles não obtiveram apoio unânime a suas teses. Há algum tempo eles se defrontam com críticas agudas sobre suas obras que questionam, além do que pensam sobre luta armada, vários outros aspectos de sua interpretação dos anos de chumbo.<sup>1</sup> Para complicar, esses problemas nunca aparecem de modo independente. Junto com a condenação mais ou menos sumária da luta armada, posicionada no passado, o *mainstream* historiográfico insinua ou mesmo afirma abertamente suas próprias concepções a respeito de *como deve ser* a política da esquerda hoje. Como em tantos outros casos, o debate sobre o passado está enganchado em questões abertas no presente. A crítica ou o endosso, portanto, se propagam também sobre as duas dimensões temporais – ontem e hoje.

Na segunda metade do século XIX, quando o marxismo começava a se tornar uma corrente política com alguma inserção no movimento operário de uns poucos países europeus, ou seja, com alguma relevância prática, a luta armada já estava posta como polêmica incontornável para qualquer projeto comprometido com mudanças radicais. Isso porque qualquer iniciativa política vista como ameaça às classes dominantes podia esperar enfrentar forças repressivas armadas e quase sempre muito violentas. A Revolução Francesa, mais recente, ou as Revoluções Inglesas, mais distantes, eram apenas os episódios mais notáveis – por envolverem aqueles países e por terem sido vitoriosos – de uma série que se estendia para trás até as revoltas escravas do império romano e que tinha continuidade na Primavera dos Povos, nas unificações nacionais da Alemanha e da Itália, na Comuna de Paris ou na Guerra Civil dos Estados Unidos, para mencionar somente alguns casos próximos. O

---

1 Cf. as coletâneas MELO, Demian Bezerra de (org.) *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência, 2014; MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rubén (orgs.) *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro Consequência, 2014.; SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de, MELO, Demian Bezerra de e CALIL, Gilberto Grassi (orgs.) *Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista*. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

marxismo nasceu pensando a Revolução, mas pensar em revolução implicava em pensar na luta armada, nem que fosse para negá-la.

A questão nunca foi simples e a intensificação do conflito de classes ao longo do século XIX adubou o terreno em que brotou uma grande diversidade de estratégias revolucionárias que podiam envolver a luta armada em formas muito variadas, ou excluí-la. Emergiram, desde os tempos de Marx, agitadores que apostavam em grupos pequenos e clandestinos prontos para atacar o poder quando a circunstância fosse favorável, correntes anarquistas que elaboraram em diferentes perspectivas o método da ação direta e organizações que viam como móvel revolucionário estratégico a insurreição armada e de massas do proletariado, se ele atuasse unificado como classe. Havia os que negavam a luta armada e escolhiam o caminho das reformas sucessivas, posição recuperada no final do século pelo marxista Eduard Bernstein e retomada, anos depois, por alguns que tinham sido seus críticos mais aguerridos no Partido Social Democrata da Alemanha.

A partir do século XX o debate foi ganhando ainda mais complexidade. Conforme a discussão se reportasse aos países com desenvolvimento mais completo da economia industrial ou aos países em que tal desenvolvimento estava atrasado ou era insignificante, para não falar nos povos e territórios submetidos à dominação colonial europeia, o problema da revolução, e com ele o da luta armada, se abria para diferentes alternativas estratégicas, não raro conflitantes. Derrotas e vitórias em experiências revolucionárias vividas em diferentes momentos do século adicionaram referências concretas à polêmica mas, longe de pacificar as divergências, terminaram por fomentar sua agudização.

Algumas dessas experiências, todas derrotadas com exceção de Cuba, foram vividas na América Latina, onde o debate sobre o caráter e as formas da revolução e sobre o papel da luta armada não foi menos diversificado e acompanhou a história do próprio marxismo. O ciclo de ditaduras militares nos anos 60-70 suscitou iniciativas de resistência armada bem como questionamentos de tais iniciativas, posições que tinham, invariavelmente, conexão com as concepções de revolução dos coletivos responsáveis por elas. A maioria desses coletivos se definia como marxista mas, após décadas de proliferação de tendências marxistas com estratégias diferentes, este adjetivo já era insuficiente para identificar com precisão seus projetos políticos.

O dossiê *Marxismo, Luta Armada e Revolução*, trazido neste número de **História e Luta de Classes**, pode ser visto como mais uma intervenção na polêmica feita em discrepância com aquele consenso majoritário mencionado acima, um esforço a mais na construção de uma “História fora do eixo”. A prioridade desta vez não é a crítica historiográfica, que já avançou significativamente em obras como as já referidas, e sim fazer circular resultados de pesquisas empíricas sobre organizações e personalidades marxistas ligados efetivamente às experiências ou ao debate político a respeito da luta armada durante as ditaduras militares do Brasil (1964-1988) e da Argentina (1966-1973). Houve quem afirmasse que as críticas dirigidas contra o bloco historiográfico dominante se enfraqueciam por não estarem ancoradas em pesquisa empírica. A afirmação não se sustenta em seus próprios termos – a validade de uma crítica conceitual e teórica não deriva, necessariamente, de objeções empíricas – mas, seja como for, ela é falsa. Temos, sim, investigações históricas sobre a luta armada na América Latina, e este dossiê é uma pequena amostra.

O primeiro artigo do dossiê é *A POLOP e a crítica das armas (1962-1967)* de Eurelino Coelho, uma investigação do debate sobre luta armada no interior daquela organização. Divergências a respeito da luta armada foram importantes fatores que levaram à cisão da organização em 1967 e o artigo acompanha o desenvolvimento de duas das posições em conflito: os formuladores da teoria do *foco catalisador* e seus críticos. A análise de um corpus documental ampliado leva a resultados significativamente diferentes do que predominou até aqui na historiografia a respeito do posicionamento da POLOP sobre a luta armada.

Yuri Rosa Carvalho também escreve em contraposição à historiografia majoritária, mas seu enfoque é específico: ele contesta o silenciamento imposto a experiências proletárias no enfrentamento armado à ditadura, que tem sido descrito como aventura quixotesca de jovens de classe média. Seu artigo *O Movimento Revolucionário Tiradentes: quando operários pegaram em armas e quebraram paradigmas* rebate essa mistificação generalista ao investigar o MRT, uma organização formada por trabalhadores que atuou entre 1969 e 1971 na resistência armada na cidade de São Paulo, e a política de *frente de lutas*, que põe pedras no caminho da difusão de uma imagem da esquerda como divisionista e acomodada em seu próprio isolamento.

Em seguida trazemos o texto *Interfaces entre a análise da realidade brasileira, programa e concepção de partido/organização na prática e teoria de Carlos Marighella: A estratégia da revolução brasileira*, de Yang Borges Chung e Milton Pinheiro. Os autores recuperam o desenvolvimento da linha política do PCB a partir dos anos 50 até os anos 60 como elemento importante para a compreensão da opção feita por segmentos da esquerda brasileira pela luta armada para enfrentar a ditadura e para criar condições subjetivas para a revolução brasileira. Mapeiam assim o caminho percorrido por Marighella, que se tornaria um dos mais destacados personagens da luta armada.

*A história do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no sertão da Bahia (1969-1971)* é o artigo de Sandra Regina Barbosa da Silva Souza e Taylan Santana Santos, que traz um momento pouco conhecido das formas da organização de lutas. Pontua como MR-8/DI-GB se estruturou e realizou uma ação educativa visando criar condições para a guerrilha rural na Bahia, em especial no sertão baiano, através do seu setor de campo situado em Buriti Cristalino, povoado de Brotas de Macaúbas, popularmente conhecida como o “Vale da Revolução”. O local acabaria se transformando em ponto de recuo do guerrilheiro mais procurado do país naquele momento, Carlos Lamarca, em episódio que se segue à ruptura de Lamarca com a VPR, constante no documento transcrito nesta edição de HELC.

Uma das generalizações mais frequentes sobre a história da luta armada na América Latina é de que ela não passava da tentativa de repetir em outros lugares experiências revolucionárias que foram bem-sucedidas ou de aplicar diretamente doutrinas elaboradas longe daqui por correntes internacionais. O artigo de Martín Mangiantini, *As esquerdas argentinas diante da luta armada (1967-1969)* se opõe a mais esta falsificação. Estudando o intenso debate entre organizações trotskistas e maoístas argentinas durante a ditadura de Onganía, o autor demonstra que a influência das correntes internacionais não se sobrepôs ao esforço de construir respostas e orientar suas estratégias em face da realidade local.

Completam o dossiê três documentos escritos por Carlos Lamarca, outro dos personagens mais emblemáticos da luta armada contra a ditadura. Transcritos por Carla Silva e David Maciel, os manuscritos são do período em que Lamarca encaminhava seu afastamento da organização em que havia militado até então, a Vanguarda Popular Revolucionária. Sua leitura proporciona acesso à discussão interna de uma organização armada a respeito de questões organizativas, de segurança, de interpretação de conjuntura e da linha estratégica a que se vinculavam as ações a serem realizadas, inclusive a necessidade de construir pontes entre as diversas organizações que lutavam.

Além do dossiê este número de **História e Luta de Classes** traz dois outros artigos. O de Pedro Henrique Campos e Rafael Brandão, *Padrões de acumulação e o lugar do governo Temer na trajetória do capitalismo brasileiro: reforço do regime baseado na valorização financeira*, põe em discussão uma hipótese sobre a política econômica do governo de Michel Temer. Apoiado em uma mirada histórica sobre os regimes de acumulação que vigoraram no capitalismo brasileiro, o artigo conclui que o padrão vigente nos anos Temer consolidou a prioridade para a acumulação financeira, com pesado ônus para a sociedade.

O segundo artigo é *Cultura operária e práticas sindicais na grande Buenos Aires (1950-1970)*, de Alejandro Schneider. Estudando com métodos de história oral uma zona industrial argentina o autor descreve como a cultura operária se modela através de relações nascidas do mundo do trabalho mas desdobradas em outros espaços, sobretudo nos locais de moradia. Ocorre nesses espaços o intercâmbio de tradições, experiências e memórias e através da oralidade é possível observar mudanças e permanências na identidade operária.

Finalizando o número temos a resenha do livro de 2017 de Marcelo Badaró *Sete Notas Introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil*”, escrita por Guilherme Henrique Piaz Paslauski. O modo como o livro enfrenta desafios como a caracterização do capitalismo no Brasil contemporâneo, a heterogeneidade da classe trabalhadora ou a integração das lutas contra as opressões de gênero e raciais são valorizados pelo resenhista como uma contribuição oportuna para retomar o debate sobre a luta socialista no Brasil.

Completamos 15 anos de circulação regular e ininterrupta. Nossa revista foi lançada em tempos adversos para o marxismo, marcados pelo “predomínio das anódinas e pacificadoras histórias narrativas desprovidas, ao menos de forma explícita, de referenciais conceituais”, como então registramos. Naquele momento, os retrocessos no campo historiográfico e a usual desqualificação rasteira do marxismo conviviam com esperanças em processos de reformas gradativas que amenizassem as consequências da exploração e das opressões. O agravamento da crise capitalista e a ascensão da extrema-direita não tardaram a se fazerem presentes, tanto nos países do centro capitalista quando na América Latina. Vivemos hoje sob a evidente ameaça de fechamento do regime, sob um governo liderado por um presidente fascista que não hesita em explicitar suas intenções. O embate no campo das interpretações históricas e sociais a que nos propomos é certamente parte de uma disputa muito mais ampla, mas nem por isto pode ser considerado secundário. É por isto que, 15 anos depois, seguimos.